

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE POÇO DE JOSÉ DE MOURA
COMISSÃO ESPECIAL DE CONCURSO PÚBLICO

JUSTIFICATIVAS DE JULGAMENTO DE RECURSOS

Em estrita observância ao que define o Edital nº 001/2008 que rege o Concurso Público promovido pela Prefeitura Municipal de Poço de José de Moura e outros editais e comunicados que foram ou que vierem a ser publicados, os recursos com argumentações inconsistentes, que estiverem fora das especificações estabelecidas para a interposição, que contiverem assinatura fora do local apropriado ou questionamentos de natureza administrativa (por exemplo, relacionados às normas previamente estipuladas em edital) serão preliminarmente indeferidos.

Seguem os subitens que respaldam essa decisão, *in verbis*:

- “1. Será admitido recurso quanto:
 - a) à aplicação das provas;
 - b) às questões das provas e gabaritos preliminares;
 - c) ao resultado das provas.
2. O prazo para interposição de recurso será de 2 (dois) dias úteis após a concretização do evento que lhes disser respeito (à aplicação das provas; formulação das questões das provas e publicação dos gabaritos preliminares e publicação do resultado das provas), tendo como termo inicial o primeiro dia útil subsequente à data do evento a ser recorrido.
3. Admitir-se-á um único recurso por candidato, para cada evento referido no item 1, deste Capítulo, devidamente fundamentado, sendo desconsiderado recurso de igual teor.
4. O recurso deverá ser interposto perante a Comissão Especial Organizadora do Concurso no prazo previsto no item 2.
5. Não serão conhecidos os recursos interpostos fora do prazo legal ou interposto em prazo destinado a evento diverso do questionado.
6. Os candidatos deverão protocolizar o recurso em 2 (duas) vias.
7. Cada questão ou item deverá ser apresentado em folha separado, identificada conforme modelo constante deste Manual.
8. A Comissão Especial de Concurso constitui última instância para recurso, sendo soberana em suas decisões, razão pela qual não caberão recursos adicionais.
9. Os recursos interpostos em desacordo com as especificações contidas neste Capítulo não serão avaliados.
10. O(s) ponto(s) relativo(s) à(s) questão(ões) eventualmente anulada(s) será(ão) atribuído(s) a todos os candidatos presentes à prova, independentemente de formulação de recurso.
11. O gabarito divulgado poderá ser alterado, em função dos recursos impetrados e as provas serão corrigidas de acordo com o gabarito definitivo.”

Com estas considerações, é oportuno destacar, *ab initio*, que foram protocolizados perante a Comissão Organizadora do Concurso **05 (cinco) recursos**, sendo 02 (dois) requerendo a anulação da questão 35 do cargo de Professor A (Ensino Infantil e Fundamental I) e 03 (três) recursos em face das questões 26, 34 e 40 da Prova de Professor B – História.

Assim, a Banca Examinadora se reuniu para julgamento dos recursos interpostos contra o gabarito da prova do certame, proferindo-se as seguintes decisões:

Análise dos Recursos da questão 35 do cargo de Professor A (Ensino Infantil e Fundamental I)

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE POÇO DE JOSÉ DE MOURA
COMISSÃO ESPECIAL DE CONCURSO PÚBLICO

A questão 35 apresentou apenas 04 (quatro) alternativas, contrariando, destarte, a regra prevista no Capítulo VII, 1.1., do edital, *verbis*:

VII. DA AVALIAÇÃO

1. DA PROVA OBJETIVA:

1.1. A Prova Objetiva, de caráter eliminatório, terá 40 (quarenta) questões, de múltipla escolha, **com 5 (cinco) alternativas**, valendo cada questão **2,5 (dois vírgula cinco) pontos**. (v. quadro de provas - anexo III). (destaquei)

Assim, a Banca Examinadora reconhece que a questão 35 foi redigida em desacordo com as normas do edital, motivo pelo qual, **RESOLVE** dar provimento aos recursos para anular a questão 35, devendo o ponto ser atribuído a todos os candidatos presentes à prova, independentemente de formulação de recurso.

Análise dos Recursos da Prova de História

Questão 26¹ – Professor “B”:

A questão 26 apresenta em seu enunciado um erro de digitação, onde se lê **1985**, deveria constar **1885**. Mesmo sendo notório que a **Lei de Terras**, a qual a questão se refere, foi promulgada em **1885**, assim como o governo de D. Pedro II ocorreu neste período, recomenda-se que a questão seja anulada, pois por menor que seja o erro, a pergunta passou um dado incorreto, para obtenção de sua resposta.

Questão 34² – Professor “B”:

¹ 26. Em 1985, no Brasil sob governo de D. Pedro II, foi aprovada a Lei de Terras, um importante mecanismo para compreendermos a estrutura fundiária nacional ainda em nossos dias. Sobre esse mecanismo legal, é correto afirmar que:

- a) Resultou das lutas políticas do Segundo Império, entre liberais e conservadores, e representou a vitória dos primeiros em seu propósito de realizar uma reforma agrária de amplitude nacional.
- b) Estabelecia um mecanismo legal para se impedir a aquisição de terras por pequenos agricultores, como muitos dos imigrantes europeus que então afluíam ao Brasil.
- c) Pretendia canalizar para nascente indústria nacional os trabalhadores imigrantes, restringindo-lhes o emprego nas fazendas, onde devia continuar a vigorar o trabalho escravo.
- d) Demonstrava o caráter democrático da monarquia brasileira, pois criava meios de acesso a pequenas propriedades para os indivíduos de menor posse.
- e) Indicava a crise do modelo agrário exportador brasileiro e procurava estimular a diversificação da produção agrícola, baseando-a na pequena propriedade.

² 34. A partir de 1530, a produção açucareira espalhou-se por todo litoral da América portuguesa, principalmente nas capitanias de Pernambuco e Bahia. O Nordeste brasileiro oferecia um conjunto de condições favoráveis para o desenvolvimento dessa lavoura. Com relação à economia do açúcar e da pecuária no Nordeste durante o período colonial, é correto afirmar que:

- a) a primeira, tecnologicamente mais complexa, recorria à escravidão, e a segunda, tecnologicamente mais simples, ao trabalho livre.

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE POÇO DE JOSÉ DE MOURA
COMISSÃO ESPECIAL DE CONCURSO PÚBLICO

A questão 34, que versa sobre a economia do açúcar e da pecuária no Nordeste brasileiro, durante o período colonial, tem como resposta correta a alternativa “a”, conforme gabarito oficial. Ela afirma que a diferença entre os dois modos de produção no período colonial, acima citados, é que o primeiro valia-se de mão-de-obra escrava e à pecuária de trabalhadores livres.

O pedido de anulação desta questão, afirma que a pecuária colonial também era estruturada com mão-de-obra escrava, o que é **totalmente** equivocado, conforme se demonstrará abaixo.

Para dar fulcro a esta questão e demonstrar a veracidade da alternativa “a”, pode-se citar:

O renomado professor Divalte Garcia Figueira, mestre em História pela USP, em sua obra História Divalte, 2ª Edição, 2005, pela Editora Ática, sobre este assunto, ensina com esmero na página 154:

“Diferentemente da região produtora de açúcar, a sociedade que se formou em função da criação de gado era mais flexível. O peão, após alguns anos de trabalho, tinha uma participação no rebanho, recebendo, como pagamento, uma cria a cada quatro. Assim com o tempo, ele conseguia formar sua própria criação”.

O trecho acima deixa claro que o peão era **pago** pelo seu trabalho e tinha a liberdade de criar seu próprio rebanho, o que seria impossível caso ele fosse escravo. Os escravos não tinham direito a possuir nada e tão pouco eram remunerados pelo seu trabalho. O que desconfiguraria totalmente o regime escravagista, levando por terra os argumentos da reclamante.

Ainda de forma mais explícita, a obra A Escrita da História, deixa claro e cristalino que a pecuária do período colonial era exercida por homens livres. Os professores Flávio de Campos e Renan Garcia Miranda, responsáveis por este excelente livro, relatam na página 208 o seguinte:

“A pecuária era necessária para o transporte de cargas e pessoas, e para a movimentação dos engenhos (trapiches). Além disso, vinculada à economia de subsistência, fornecia couro e carne para o consumo interno das grandes propriedades. A atividade pecuarista,

-
- b) por serem diferentes e independentes uma da outra, não se pode estabelecer qualquer tentativa de comparação entre ambas.
 - c) por serem as duas atividades essenciais e complementares, portanto as mais permanentes, foram as que mais usaram escravos.
 - d) a técnica era rudimentar em ambas, na agricultura por causa da escravidão, e na criação de animais por atender o mercado interno.
 - e) tanto em uma quanto em outra, desenvolveram-se formas mistas e sofisticadas de trabalho livre e de trabalho compulsório.

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE POÇO DE JOSÉ DE MOURA
COMISSÃO ESPECIAL DE CONCURSO PÚBLICO

desenvolvida inicialmente junto a produção de açúcar no litoral, foi se deslocando para o interior, onde se formaram imensos criatórios. O trabalho era realizado sob o regime de parceria por homens livres, os vaqueiros, que administravam as terras em nome dos proprietários, que viviam no litoral”.

A citação supra, retira qualquer dúvida existente a respeito da mão-de-obra adotada pela pecuária colonial, pois traz a luz, de forma inequívoca, a utilização de homens livres para o seu trabalho. Portanto, “erradíssima” é a forma com que a reclamante interpretou e tentou impugnar a questão, pois esta se encontra **totalmente** correta. O trecho cita a página 208, da obra A Escrita da História – volume único, 1ª edição, 2005 - Editora Escala Educacional, dos professores Flávio de Campos e Renan Garcia Miranda.

Corroborando com os já citados autores, o professor Gilberto Cotrim, em seu livro História Global – Brasil e Geral – volume único, 1ª edição, 1997, Editora Saraiva, tece na página 186 o seguinte comentário:

“..., grandes áreas de criação, eram bem simples. Todo o trabalho era realizado pelo capataz e pelos peões, constituídos, na maioria das vezes, por brancos, índios e mestiços assalariados”.

E por último, entre tantos outros autores renomados e reconhecidos, como os já supracitados, o professor Rainer Sousa, em seu artigo “Pecuária no Período Colonial”, publicado pelo site oficial Brasil Escola, tem o seguinte entendimento:

“Além de se constituir enquanto uma atividade econômica alternativa aos projetos de exploração colonial, a pecuária também instituiu novas relações de trabalho alheias ao uso da mão-de-obra escrava. Geralmente, a pecuária necessitava de um pequeno número de trabalhadores e tinha sua mão-de-obra composta por trabalhadores livres de origem branca, negra, indígena e mestiça. Além disso, o pagamento pelos serviços prestados era comumente realizado com o repasse de novos animais que surgiam no rebanho.”

Em vista ao exposto, não assiste razão à reclamante em anular a questão, tendo em vista o vasto acervo que o fulcra e corrobora. A **questão está correta, amparada por historiadores renomados e obras conhecidas e não possui nenhum vício, portanto não deve ser anulada.**

Questão 40³ – Professor “B”:

³ 40. Sobre o Neoliberalismo no Brasil e em outros países latino americanos, marque a alternativa incorreta:

- a) O [Chile](#) foi o primeiro país do mundo a adotar o neoliberalismo. As [privatizações](#) no Chile de [Pinochet](#) foram anteriores às da Grã-Bretanha de [Thatcher](#).
- b) Os governos de orientação neoliberal privatizaram inúmeras empresas estatais e iniciaram processos de reformas administrativas, que acarretaram redução dos quadros do funcionalismo público.

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE POÇO DE JOSÉ DE MOURA
COMISSÃO ESPECIAL DE CONCURSO PÚBLICO

A resposta da questão 40 é, conforme indicado no gabarito, a alternativa “d”, pois é a única **incorreta** entre as demais. Nela, afirma-se que os governos latino-americanos enfrentaram hostilidades de organizações financeiras internacionais, tais como o FMI e o BID, ao adotar o neoliberalismo. Tal fato é totalmente inverossímil, uma vez que o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Internacional de Desenvolvimento (BID) orientaram estes países a assumirem medidas neoliberais para que saíssem da crise a qual se encontravam, após seus períodos de regimes autoritaristas. Ou seja, estas organizações, seguindo o determinado no “Consenso de Washington” do início dos anos 1990, praticamente impuseram o neoliberalismo a estes países, diferentemente do que foi dito na alternativa “d”. Assim aumentariam os mercados de seus países controladores e dinamizaram estas economias, as “desnacionalizando”, o que contribuiu para o processo da globalização. Portanto a questão 40 **não contém vícios ou erros** e **não** possui motivos para ser cancelada.

Análise geral

Apenas a questão 26 possui erro material, razão pela qual a Banca Examinadora **RESOLVE** negar provimento quanto aos recursos interpostos em relação às questões 34 e 40 e dar provimento ao recurso interposto contra a questão 26 da Prova de Professor B de História, para, anulando a questão em referência, atribuir o ponto a todos os candidatos presentes à prova, independentemente de formulação de recurso.

Em 16 de janeiro de 2009.

MANOEL GERALDO DA COSTA
PRESIDENTE DA COMISSÃO

JOSÉ CLODOALDO M. RODRIGUES
DIRETOR ADMINISTRATIVO DA CONSULTEC

-
- c) As reformas neoliberais implicaram elevados custos sociais. Entre os mais graves, figurou o aumento dos índices gerais de desemprego.
 - d) Ao adotar o neoliberalismo, os governos latino-americanos enfrentaram a hostilidade de organizações financeiras internacionais, como o FMI e BID.
 - e) A adoção do neoliberalismo implica concretamente na redução do papel do Estado na condução do país.